



1936 2011

/5/OE

ORDEM
DOS ENGENHEIROS
BASTONÁRIO

ORDEM DOS MÉDICOS DENTISTAS

Registo Nº 507445 Data 1-6-12

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL
CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS
DR. ORLANDO MONTEIRO DA SILVA
ORDEM DOS MÉDICOS DENTISTAS
AV. DR. ANTUNES GUIMARÃES, 463
4100-080 PORTO

N.º 240 - SG
P.º 1.3/ CMR/ta

2012-05-25

Assunto: Candidatura da OET à admissão no CNOP

Caso Dr. Orlando Monteiro da Silva

Tendo sido solicitado na última reunião do Conselho Geral do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), de 18 de Maio p.p, que a Ordem dos Engenheiros apresentasse um parecer a sobre a candidatura em epígrafe, junta-se um apontamento onde se coligem os elementos considerados mais relevantes sobre o assunto.

Aproveita-se para se salientar que, já depois da apresentação formal da respetiva candidatura a membro do CNOP, a Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) enviou às Ordens Profissionais uma carta com um projeto de criação dum Conselho de Profissões Liberais e procedeu à difusão pública desse projeto.

Estou certo que no ato da tomada de posição sobre o pedido de admissão da OET esta iniciativa não deixará de ser tida em consideração pelas Ordens Profissionais que integram o CNOP.

Com os meus melhores cumprimentos.


Carlos Matias Ramos

APONTAMENTO

“Sobre a candidatura da OET ao CNOP”

A Ordem dos Engenheiros (OE) admite licenciados em Engenharia¹ (a partir do Decreto Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, este grau académico corresponde ao 1.º ciclo de estudos superiores).

A Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), após a recente alteração estatutária, admite “titulares de um grau académico de curso de ensino superior do 1.º ciclo de Engenharia, ou de formação equiparada”².

Assim, para as admissões feitas após a aplicação da Reforma do Ensino Superior (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março), os profissionais inscritos em ambas as instituições que sejam titulares de uma licenciatura, têm o mesmo nível de habilitações mínimas em curso superior de Engenharia.

No respetivo processo de admissão ambas as associações exigem estágio, mas apenas na OE existe a obrigação estatutária de realização de provas de admissão, que atualmente consiste numa avaliação curricular individual, complementada com prova de avaliação de conhecimentos sempre que a referida avaliação curricular a tal aconselhar. Adicionalmente a OET está a permitir a admissão de licenciados em Ciências de Engenharia, cujos objetivos e formação adquirida, orientados para o prosseguimento de estudos no Mestrado em Engenharia, são claramente insuficientes para o exercício profissional na área da Engenharia.

Os Engenheiros e os Engenheiros Técnicos praticam a mesma tipologia de atos de Engenharia. Os primeiros, fruto de maiores competências, aptidões e conhecimentos, quando são titulares de grau de Mestre ou Doutor, estão qualificados para a execução de atos mais complexos do que os segundos.

No entendimento da OE não existe qualquer fundamento objetivo para a existência de duas associações públicas profissionais na área da Engenharia. A sua existência é contrária à disposição constitucional que estabelece que as associações públicas só devem existir para a satisfação de necessidades específicas e à Lei n.º 6/2008, que estabelece que a existência de associações públicas profissionais tem carácter excecional.

É genericamente reconhecido que é possível praticar atos de Engenharia com diferentes graus de formação académica, originando o reconhecimento de qualificações profissionais diferenciadas pelos conhecimentos, aptidões e competências dos profissionais. Assim, tal como em outros países, era ajustado que o Engenheiro Técnico fosse uma categoria profissional na profissão de Engenheiro.

Não foi esse o entendimento do legislador.

¹ Estatuto aprovado pelo Decreto lei n° 119/92 de 30 de Junho

² Artº1º do Estatuto, conforme Lei n° 47/2011, de 27 de Junho.

O Estatuto da OET, recentemente aprovado pela Lei n.º 47/2011, de 27 de Junho, contém alterações relativamente ao Estatuto anterior, da ANET, que, no entendimento da OE, extravasam o âmbito de intervenção dos respetivos associados (Engenheiros Técnicos), com disposições que prejudicam a intervenção profissional dos membros da OE. Nas audiências que antecederam a aprovação da Lei, onde a Direção da OE se reuniu com todos os Grupos Parlamentares e com as Comissões Parlamentares relevantes, salientou que, além de não se dever criar uma nova Ordem Profissional na área da Engenharia, essas situações não deveriam ser incluídas na alteração estatutária, mas, infelizmente, sem qualquer sucesso.

Em conclusão:

- A OE acolhe todos os diplomados com curso superior em engenharia completado após a implementação da Reforma de Bolonha, desde que satisfaçam as restantes condições estatutárias para a admissão - provas de admissão e o estágio;
- Todos os membros da OET com licenciatura em Engenharia podem igualmente concorrer à admissão na OE;
- O Estatuto da OET contém disposições que conflituam com o Estatuto da OE e que prejudicam objetivamente os Engenheiros no seu exercício profissional;
- A profissão de Engenheiro Técnico caracteriza-se pela prática de atos de engenharia que podem ser igualmente praticados por Engenheiros; estes últimos, fruto de maiores qualificações profissionais, resultantes de maior formação académica (segundos e terceiros ciclos) praticam atos mais complexos, embora exatamente nas mesmas áreas de atividade;
- A representação profissional do âmbito da Engenharia, está garantida no CNOP através da OE.

Face ao exposto, é entendimento da Ordem dos Engenheiros que não se justifica a admissão da OET no CNOP.

Lisboa, 28 de Maio de 2012

Ordem dos Engenheiros

